

Mudanças no Fundeb



Integrantes do Conselho do FUNDEB em Goiás

Alerta geral. Entidades ligadas à educação básica no Brasil estão preocupadas com a proximidade do fim do contrato do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para dezembro de 2020. Mas o Governo garante que isso não vai acontecer.

O coordenador de projetos da ONG Todos pela Educação, Caio Callegari afirma que “na prática, mais de mil municípios podem fechar as portas de suas escolas sem o recurso. Atualmente, segundo o Ministério da Educação, o fundo é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica. Para tanto defende uma remodelagem do Fundeb para que ele continue de forma permanente, que ele seja um fundo perene e atenda o ensino do país inteiro.”

Para que o fundo não seja extinto e se torne permanente, três propostas de emenda à Constituição (PECs) tramitam no Congresso Nacional com conteúdos semelhantes. A intenção é, com um novo Fundeb, ampliar a contribuição da União, que é o ente federado que mais arrecada. Um dos pontos centrais é a ampliação da participação da União até chegar a 40% em 2031. Desde 2010,

a União contribui com 10% do valor do fundo, dinheiro que é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno. A proposta é que essa contribuição salte para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. O impacto orçamentário total seria de R\$ 279,8 bilhões ao longo dos destes anos.

O Fundeb é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Equivale, segundo o Ministério da Educação (MEC), a 63% de tudo que é investido nas escolas públicas do Brasil. O dinheiro é usado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Pelo menos 70% dos recursos do Fundeb, em cada estado, serão destinados ao pagamento de professores da educação básica em efetivo exercício. Atualmente, o fundo prevê 60% para remuneração dos profissionais do magistério;
- Os recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e salário-educação (tributo federal transferido para os municípios) não poderão ser usados para pagar aposentadorias e pensões;
- A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios terão que aplicar na educação pública, no mínimo, 75% dos royalties da exploração mineral, incluídas as de pe-

tróleo e gás natural;

- Para evitar desmonte do Fundeb, que está baseado em vinculação de impostos, em caso de reforma tributária os recursos para educação não poderão ser reduzidos;
- Não poderá haver supressão ou diminuição de direitos a prestações sociais educacionais;
- Quem não cumprir a regra não poderá receber transferências voluntárias ou contratar operações de crédito.

AGM integra o conselho do FUNDEB

O Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação em Goiás é composto por 17 integrantes e dentre eles representantes dos municípios. A Associação Goiana de Municípios indicou dois representantes, os quais tomaram posse recentemente. São eles: o prefeito Kelton Pinheiro (Bonfinópolis) e a Assessora Técnica - Ivani Lucas. O conselho tem como função o Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e da Valorização dos Profissionais da Educação. O CONFUNDEB é formado por conselheiros que representam o Estado, os municípios, Conselho Estadual da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, Federação dos Trabalhadores em Educação e por representantes de Pais e Alunos da Educação Básica Pública.



Prefeito Kelton Pinheiro (Bonfinópolis) assina termo de posse no Conselho